



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL**  
**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS**



**PARECER N° 58/2020**

*Da Comissão de Justiça e Redação , sobre o Projeto de Lei n° 2.315 de 2020, de iniciativa do Prefeito Municipal. O qual “altera a redação da Lei Municipal 3.073 de 26 de dezembro de 2016, conforme específica”.*

Relatores: **Fabio Alceu Fernandes – PSB**

**I – RELATÓRIO**

A Comissão de Justiça e Redação examina o projeto de lei 2.315 de 2020 que versa sobre a alteração da redação da Lei Municipal 3.073 de 26 de dezembro de 2016, conforme especifica.

Segundo o Executivo Municipal, o CMDCA foi criado originalmente pela Lei Municipal n° 1.109/1997 e atualmente é regido pela Lei Municipal n° 9.073/2016. Trata-se de órgão consultivo, deliberativo, normativo, controlador e fiscalizador das ações de atendimento à infância e juventude no âmbito municipal (art. 4º da Lei Municipal n° 3.073/2016).

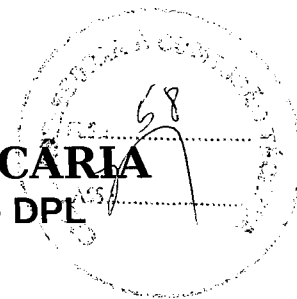
A presente proposição traz ainda a prescrição do § 2º, do art. 8º da Resolução n° 105/2005 do CONANDA, que estabelece sobre a representação civil e governamental nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, a qual deverá ser submetida periodicamente ao processo de escolha.

Esclarece ainda que o texto Vigente no art. 8º da Lei Municipal n° 3.073/2016 está em dissonância com o estabelecido na Resolução do CONANDA, portanto, é a motivação para ser alterado.

Ainda, conforme estabelecido no Art. 42, §1º da Lei Orgânica do Município de Araucária, o Sr. Prefeito solicitou **REGIME DE URGÊNCIA**.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL**  
**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS**



## **II – ANÁLISE**

Segundo o inciso I e IV do Art. 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária, compete a Comissão de Justiça e Redação:

*“Art. 52 Compete*

*I - à Comissão de Justiça e Redação, os aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico, de técnica legislativa de todas as proposições e elaboração da redação final, na conformidade do aprovado, salvo as exceções previstas neste Regimento (Art. 154, § 2º; Art. 158; Art. 159, III e Art. 163, § 2º);*

Tendo em vista o Art. 30º, inciso I da Constituição Federal e posteriormente transcrito para a Lei Orgânica de Araucária, através do Art. 5, inciso I, que compete ao Município legislar sobre interesse local.

*“Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;”*

Em consideração o Art. 40º, § 1º, “a” da lei orgânica do Município de Araucária, os projetos de lei podem ser de autoria do Prefeito Municipal, conforme consta abaixo,

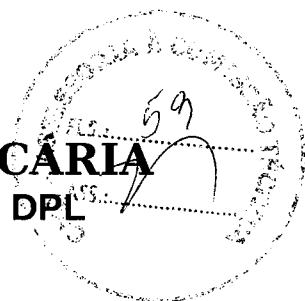
*“Art. 40 O processo legislativo compreende a elaboração de:*

*§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:*

*b) do Prefeito;”*



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL**  
**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS**



Em análise ao Parecer Jurídico Emitido pelo Douto Procurador Jurídico desta Casa Legislativa (Parecer Jurídico 24/2020), tenho que a propositura está em apta quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, assim opino em conformidade com o parecer jurídico apresentado as fls. 54 e 55, ou seja, pela aptidão da presente propositura dentro do campo de análise da presente comissão permanente. Sou pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 229/2020 de autoria do Executivo Municipal.

Dessa forma, no que cabe a essa Comissão analisar, não há óbice que impeça a tramitação em **REGIME DE URGÊNCIA** deste Projeto de Lei.

### **III – VOTO**

Diante das razões apresentadas acima, não foram encontrados impedimentos que limitem a tramitação do projeto de lei, sendo assim, no que me cabe analisar o projeto acima epigrafado, diante o âmbito da Comissão de Justiça e Redação, sou favorável ao trâmite em **REGIME DE URGÊNCIA** do projeto.

Dessa forma, submeto o parecer para apreciação dos demais membros da comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2020.

  
**Fábio Alceu Fernandes**  
**RELATOR – CJR**



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL**  
**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS**

VOTAÇÃO DO PARECER APRESENTADO PELO RELATOR DA CJR SOBRE O  
PROJETO DE LEI 2.315 DE 2020

Membro	Favorável	Contrário	Ausente	Assinatura
Tatiana Assuiti Nogueira	p			
Celso Nicacio da Silva	X			

Certifico que juntei parecer da Comissão  
de CJR  
contendo 03 lauda(s)  
em 28/1/2020

**ESTAGIÁRIA**  
Departamento Legislativo  
Comissões Técnicas Permanentes

Encaminhado ao gabinete do(a)  
vereador(a) Luciana Lima - CEBES  
na data de 28/1/2020 para  
emissão de parecer.

**ESTAGIÁRIA**  
Departamento Legislativo  
Comissões Técnicas Permanentes